

A IDEOLOGIA NO LÉXICO TOPONÍMICO DA *HISTÓRIA DE PORTUGAL* DE FERNÃO DE OLIVEIRA

Eliéte Oliveira SANTOS

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

RESUMO

A História de Portugal foi escrita pelo humanista Fernão de Oliveira, provavelmente, por volta de 1581 — contexto da crise sucessória do reino português —, com finalidades iniciais de provar a antiguidade, perenidade e nobreza do reino lusitano em relação às outras nações cristãs. Concededor da Retórica, Oliveira percebia a importância da linguagem como ferramenta político-ideológica e, por isso, conduzia as palavras em favor das suas intenções. Em sua narrativa, o léxico toponímico foi utilizado como tentativa de construção de sentidos ideológicos em torno da superioridade e primazia de Portugal. Por esse motivo, o presente estudo tem como proposta a análise de alguns topônimos encontrados na História de Portugal e, a partir da Teoria da Enunciação, nos moldes do pensamento bakhtiniano, responder de que modo a origem etimológica da onomástica toponímica pode ser vista como resultado de posição do discurso, apesar de maior rigor em relação à sua estabilidade semântica.

ABSTRACT

The História de Portugal was written by the humanist Fernão de Oliveira, probably around 1581 - the context of the succession crisis of the Portuguese reign - with initial purposes of proving the antiquity, continuity and nobility of the Portuguese kingdom in relation to other Christian nations. Knowing Rhetoric, Oliveira realized the importance of language as a political and ideological tool and therefore used the words in favor of their intentions. In his narrative, the toponymic lexicon was used in an attempt to build ideological directions around the superiority and primacy of Portugal. Therefore, this study proposes the analysis of some toponyms found in História de Portugal and, from the Theory of Enunciation, along the lines of bakhtiniano's thought, answering how the etymological origin of onomastics can

be seen as a result of position on the discourse, despite greater accuracy in relation to their semantic stability.

PALAVRAS-CHAVE

Enunciação. Fernão de Oliveira. Retórica. Toponímia.

KEYWORDS

Enunciation. Fernão de Oliveira. Rhetoric. Toponymy.

Introdução

Em Portugal, o reinado de D. João III — de 1521 a 1557 — passou por inúmeras crises econômicas, sendo agravadas por razões de caráter pessoal, as quais podem ter influenciado a crise política no reino lusitano. Entre 1530 e 1540, morreram cinco dos irmãos e irmãs de D. João III e, dos nove filhos nascidos de seu casamento com D. Catarina — irmã mais nova de Carlos I da Espanha — todos morreram antes de atingir os 19 anos de idade. Os que viveram por mais tempo casaram com descendentes da família real castelhana de então: D. Maria casou-se com Filipe II em 1543, mas faleceu em 1545, aos 18 anos de idade; o infante D. João casou-se com D. Joana, irmã de Filipe II, em 1552, mas faleceu em 1554, poucas semanas antes do nascimento de seu filho, o “desejado” D. Sebastião, que passaria a ser o único sobrevivente legítimo do rei D. João III e única esperança de sucessão ao trono português¹.

Quando D. João III morreu, seu neto e herdeiro do trono, D. Sebastião, estava no terceiro ano de vida. Por isso, foram necessárias regências provisórias de alguns membros da família até que o rei-menino

¹ Por ser a última esperança de sucessão portuguesa ao trono, o nascimento de D. Sebastião foi marcado por muitas preces e rogos. Alguns portugueses da época afirmavam que o desejado D. Sebastião não foi só um rei nascido e gerado do ventre da mãe, mas também nascido e gerado do merecimento de muitas lágrimas, orações e sacrifícios oferecidos pelo povo ao divino (MAGALHÃES, 1993: 541).

completasse idade suficiente para governar Portugal, o que aconteceu em seus 14 anos de idade. Mas D. Sebastião, de acordo com Marques, “importava-se pouco com o ofício de governação, perdido antes em sonhos de conquista e de expansão da Fé” (MARQUES, 1984: 150-1).

Em 1574, o jovem monarca visitou Marrocos pela primeira vez e, de regresso a Portugal, preparou expedição, determinado a travar uma campanha militar contra os mouros no norte da África. Apesar dos conselhos e pedidos de alguns prelados e familiares, que consideravam dispensável e imprudente essa missão, em 1578, D. Sebastião aprontou às pressas um exército invasor consideravelmente fraco e em mau estado de indisciplina e desorganização. A tropa seguiu para o norte da África, desembarcando em Arzila. Próximo à cidade de Alcácer Quibir, as forças portuguesas foram completamente derrotadas pelo exército adversário naquela que foi considerada a batalha mais desastrosa de toda história de Portugal. Por conseguinte, D. Sebastião morreu em combate, juntamente com cerca de 7000 homens da nata da aristocracia e do exército do país (MARQUES, 1984: 151-2). Dá-se início, então, à crise sucessória no reino português.

Com o desaparecimento de D. Sebastião em Alcácer Quibir, Portugal ainda ficou sob o comando de um irmão de D. João III, o cardeal D. Henrique, já velho e sem nenhum herdeiro. Mesmo com a existência de um provável filho bastardo do infante D. Luís, também irmão de D. João III, o candidato mais forte a subir ao trono seria D. Filipe II, rei da Espanha, por ter sido casado com Maria, filha do português D. João III. De fato, em abril de 1581, esse rei espanhol entrou em território lusitano e foi solenemente jurado rei de Portugal com o título de D. Filipe I, conforme afirma MARQUES (1984: 156).

É provavelmente após o contexto de crise da sucessão dinástica e, por causa disso, que Fernão de Oliveira escreve a história de Portugal, com necessidades de estabelecer o lugar de Portugal e do seu povo na importância da história em relação aos outros reinos. Assim, Oliveira,

numa atitude político-ideológica, reforça a ideia da primazia de Portugal em relação à Espanha a partir de acontecimentos que se deram, não por acaso, mas por vontade divina, a qual se manifesta em grandes momentos cruciais da sua história. Com efeito, sendo esta obra escrita no momento histórico em que estava inserida, ou seja, no momento em que D. Filipe II, um rei espanhol, assume a coroa portuguesa, Oliveira age como mobilizador da esperança de um povo, conclamando-os a exigir para o trono um rei nascido na terra, portanto, disposto a defender os ideais pátrios por amor à nação que o identifica.

1. Algumas características do documento *História de Portugal*

A *História de Portugal*, documento autógrafo do humanista Fernão de Oliveira, faz parte do Acervo da Biblioteca Nacional de Paris, registrado com o nº 12 (nova cota) do *Fonds Portugais*. Nessa cota estão inclusos ainda mais três documentos atribuídos a Oliveira, os quais são: *Livro da antiguidade, nobreza, liberdade e imunidade do reino português*; tradução inacabada de *Re Rustica* de Lúcio Júnio Columela, dirigida a Públio Silvino; e cópia também incompleta da Gramática de António de Nebrija, com o título *Arte de grammatica de lengua castellana por el doctissimo maestro Antonio de Nebrissa compuesta*. Todas essas informações são encontradas em FRANCO (2000: 33-4).

A primeira *História de Portugal*, assim designada pelo autor, foi escrita com finalidades de intervir no processo de unificação da Península Ibérica no contexto da crise sucessória por consequência do desaparecimento do rei D. Sebastião após a guerra de Alcácer Quibir. Nesse processo de intervenção, Fernão de Oliveira produziu o manuscrito de cunho historiográfico, exaltando o caráter, a nobreza e os feitos dos primeiros povoadores e dos primeiros reis da nação portuguesa.

A *História de Portugal* é dividida em quatro livros: o primeiro livro, sem denominação, compreendendo a capitular, apresenta 9 capítulos; o segundo, *Vida do conde D. Henrique e princípio da restauração do reino*, com 5 capítulos; o terceiro, *Vida e feitos heroicos do rei D. Afonso Henriques*, com 14 capítulos; e o quarto, *História da vida e feitos do rei D. Sancho, filho do rei D. Afonso Henriques*, com 3 capítulos.

Vale notar que este último livro dedicado à história de D. Sancho parece ter ficado inacabado, por considerar a inexistência de qualquer indicação feita pelo autor informando a conclusão da escrita. Não se sabe os motivos da possível inconclusão desse trabalho. No entanto, sendo a *História de Portugal* escrita por volta de 1581, período em que o autor contava com aproximadamente 74 anos de idade, existe a hipótese de ele ter falecido durante o processo de redação, como afirma FRANCO (2000: 33), baseado em suposições de outros estudiosos da obra do humanista.

Quanto à autografia do documento, Franco (2000) aprova a tese dos estudos do filólogo Paul Teyssier, que, em 1957, apresentou no III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, o artigo *L'“História de Portugal” de Fernando Oliveira d'après le Manuscrit de la Bibliothèque Nationale de Paris*, no qual, além de afirmar “a originalidade da miscelânea de obras manuscritas agregadas neste códice, atesta também sua autograficidade”. (FRANCO, 2000: 76).

Em relação à numeração referente ao manuscrito da *História de Portugal*, vale salientar que a catalogação do *Fonds Portugais* da Biblioteca Nacional de Paris foi publicada por Alfred Morel-Fatio nos fins do séc. XIX, de acordo com Peixoto (1963). Na introdução desse catálogo, registra-se a numeração anterior a 1862, sob o nº 5 (cota antiga), e o nº 10.022, correspondente ao *Ancien Fonds* (MOREL-FATIO, 1892: XXVII). De acordo com FRANCO (2000):

O conhecimento da história pregressa deste códice remonta, de acordo com os dados que dispomos hoje, ao ano de 1668, data da incorporação deste cimélio nas colecções da então Biblioteca Real de Paris, proveniente da biblioteca do cardeal Mazarino, que possuía desde data ignota para nós. A proveniência do manuscrito da biblioteca do cardeal-ministro francês é atestada pelo embaixador Francisco José Maria de Brito, transcritor da tradução do tratado de agricultura de Columela, e por L. Delisle, administrador geral da Biblioteca Nacional de Paris, numa carta solicitada por Henrique Lopes de Mendonça, na qual certifica: “o manuscrito da Biblioteca Nacional que contém os escritos do Padre Fernando Oliveira é um exemplar que parece ter sido preparado em vista duma impressão e que comporta as marcas de emendas importantes executadas pelo autor seja por um colaborador. Tudo o que nós sabemos sobre as origens deste manuscrito, é que ele entrou em 1668 nas nossas colecções e que ele precedentemente fazia parte da biblioteca do cardeal Mazarino” (FRANCO, 2000, p. 75-76).

Segundo FRANCO (2000: 76), não existem informações que possam revelar de que maneira esses documentos chegaram à biblioteca do mencionado cardeal Mazarino, figura destacada na política francesa do séc. XVII. Lopes de Mendonça aventa a possibilidade de Fernão de Oliveira ter sido partidário de D. António², prior de Crato, durante

² D. António era neto de D. Manuel e filho de D. Luís com uma mulher do povo. Nasceu em Lisboa em 1531 e foi educado pelos monges jerónimos e por jesuítas de Évora. Sucedeu a seu pai como prior de Crato, em 1555, mas renunciou pouco depois. Por causa das contendas com seu tio, o cardeal D. Henrique, exilou-se na Espanha, mas foi chamado por D. Sebastião para as missões militares no norte da África. Ficou prisioneiro na batalha de Alcácer-Quibir, mas conseguiu o resgate, regressando de imediato para Portugal por ordem das questões de sucessão ao trono, já que ele tinha a vantagem de ser o único neto varão de D. Manuel. D. António chegou a ser declarado rei de Portugal, no entanto D. Henrique questionou a legitimidade de

a disputa da dinastia portuguesa de 1580 e, por isso, ter se exilado na França.

2. Os topônimos na *História de Portugal*

Topônimos, como se sabe, são denominações atribuídas a lugares pelas sociedades, a fim de identificar o espaço que ocupam e que têm, na origem etimológica, derivações diversas, motivadas por influências externas. Essa prática configura-se como um comportamento do homem desde os tempos mais remotos, cujos registros históricos atualmente nos servem como testemunhos. A esse respeito, DICK (1992: 5) afirma que no período da Antiguidade, os lugares recebiam o nome dos seus possuidores como forma de valorização do indivíduo sobre o solo e essa modalidade designativa se estendeu até o período das invasões bárbaras, na Europa; inversamente, a partir da época feudal, os habitantes tomavam os nomes dos territórios correspondentes, marcando assim a concepção feudal do homem vinculado à terra.

Por conta dessa relação lexical do homem e o lugar habitado, um dos objetivos dos estudos toponímicos é a reconstrução histórica dos movimentos migratórios dos povos, a partir dos vestígios linguísticos encontrados na origem dos nomes das localidades. Isso permite que pesquisadores de diferentes áreas possam mapear e conhecer padrões de comportamento humano, mudanças linguísticas atribuídas a povos específicos, natureza do solo, alterações climáticas e outras manifestações socioculturais de um grupo em determinado momento da história, como afirma DICK (1992: 47-8):

sua documentação que provava o casamento secreto de seus pais e, com isso, foi expulso de Portugal. O prior de Crato tentou ainda a sucessão ao trono, buscando o auxílio da França e da Inglaterra (MARQUES, 1984: 153-157).

A toponímia, como disciplina do saber humano, reúne também, as condições intrínsecas necessárias para uma pesquisa em profundidade de tais especificações antropológicas. Ao especialista da matéria abre-se, dessa forma, um amplo campo de investigações e não será pretencioso de sua parte objetivar o encontro de vinculações entre o nome de lugar e as características que subordinam o denominador à sua época. O topônimo não é algo estranho ou alheio ao contexto histórico-político da comunidade. Ao contrário, reflete, de perto, a própria substância ontológica do social, onerado que está de uma profunda carga significativa. Um solo agreste, um clima árido, uma vegetação pobre ou abundante, uma escassês [sic] hidrográfica, a peculiar atividade regional ou, por outro lado, a relativa segurança econômica e as tendências artístico-religiosas predominantes na localidade, tendem a configurar, com precisão, o sistema toponímico em espécie, aberto a todas as feições culturais (DICK, 1992: 47-8).

No entanto, fazer o levantamento da onomástica, a partir das fontes documentais, no intuito de determinar a sua relação com as comunidades linguísticas, pode ser um grande problema, já que grande parte das etimologias toponímicas são resultados de interpretações dos historiadores e cronistas antigos que, muitas vezes, se baseavam em lendas fantasiosas, mitos, explicações populares ou outros critérios nem sempre aceitáveis para o lexicólogo da atualidade, como atesta Viaro (2004: 311):

Fazer a etimologia de nomes próprios pode tornar-se uma tarefa extremamente difícil, uma vez que muitos deles foram inventados e não é possível acompanhar o

seu trajeto. Também quanto aos nomes mais tradicionais, em muitos casos é possível descobrir a etimologia, mas o significado é um tanto obscuro (VIARO, 2004: 311).

Desse modo, pode-se perceber algumas dificuldades quanto ao conhecimento etimológico dos topônimos, mas esses procedimentos não podem ser deixados de lado pelo pesquisador da linguagem disposto a observar o texto como possibilidades amplas de sentido, “que leva a infindáveis práticas de reelaboração e a frequentes polêmicas quanto ao modo de definir uma ou outra palavra” (NUNES, 2006: 16). Assim, vale salientar que, embora a onomástica toponímica seja compreendida com mais rigor em relação à estabilidade semântica, a sua origem etimológica também pode ser vista como resultado das condições de produção do discurso, ou seja, produtos do contexto situacional, histórico e ideológico, dentro das possibilidades apresentadas por BAKHTIN (2003) no seguinte trecho:

Os significados lexicográficos neutros das palavras da língua asseguram para ela a identidade e a compreensão mútua de todos os seus falantes, contudo o emprego das palavras na comunicação discursiva viva sempre é índole individual-contextual. Por isso pode-se dizer que *qualquer palavra* [grifo meu] existe para o falante em três aspectos: como palavra da língua neutra e não pertencente a ninguém; como palavra *alheia* dos outros, cheia de ecos de outros enunciados; e, por último, como a *minha* palavra, porque, uma vez que eu opero com ela em uma situação determinada, com uma intenção discursiva determinada, ela já está compenetrada da minha expressão. Nos dois aspectos finais, a palavra é expressiva mas essa expressão, reiteramos, não pertence à própria palavra: ela nasce no ponto do contato da palavra com a realidade concreta e

nas condições de uma situação real, contato esse que é realizado pelo enunciado individual (BAKHTIN, 2003: 294).

Por esse motivo, os topônimos encontrados na *História de Portugal* de Fernão de Oliveira não são negligenciados por se conceber, neste trabalho, a língua como um sistema aberto e que foi tomada por um indivíduo a fim de produzir o seu discurso a serviço da construção de uma ideologia e da mitogenia do reino português. Nesse caso, pode-se notar, a partir da análise dos topônimos, que Oliveira utilizou, como estratégia narrativa, o método de interpretações das etimologias toponímicas no intuito de menosprezar as origens do povo e do reino castelhanos e, conseqüentemente, tentar “provar, por esta via, a primordial antiguidade de Portugal e das cidades que considera mais importantes no seu quadro geográfico” (FRANCO, 2000: 110). Como exemplo dessa afirmação, observa-se o trecho da *História de Portugal*, em que o humanista explica a etimologia do nome de Setúbal, cidade portuguesa:

(...) despoys do diluvio sabemos per certa fama, e escripturas de bõs autores, que hum neto de Noe chamado Tubal filho de Japeto foy o premeyro, que começou povoar a Hespanha. A qual ainda então não tinha esse nome, nem o teve dahi a muyto tempo: mas logo no principio se chamou Tubalia, por que a povoou Tubal: e os home^ls dela se chamarão Tubales, segundo diz Josepho no livro das antiguidades (...). Pollo que se deve crer sem duvida, o q(ue) diz Florião do campo, e outros, que Tubal veyo aportar no rio de **Sethuval**. Diz este autor cronista dos Reis de Castella, que **Sethuval** quer dizer assento de Tubal: e que lhe poserão este nome, por q(ue) Tubal fez ali seu assento, e morada: por que Seth he palavra de Armenia donde Tubal era natural:

e quer dizer assento de morada, como sedes e↓ latim (fólios 1r-2v, 1º livro).

Assim, nessa defesa em torno da primazia e da antiguidade do reino português, Oliveira aponta outros espaços em Portugal, cuja fundação seria anterior a Roma, como é visto no seguinte trecho:

Se fora possivel mudar-se Coimbra de Condeixa para onde agora estaa, ouvera de ser despoys dos romanos: por que as pedras escriptas, que se achão em Condeyxa, forão escriptas em te↓po dos romanos, ou despoys delles, por que antes não podia ser: e acima fica provado, que Coimbra ali onde estaa he mays antiga que **roma**. Assi que he das antigas de Portugal:~ ¶ Evora cidade tambem he bem antiga. De cuja antiguidade em nossos dias escreveo mestre Andree de resende natural della, e home↓ havido por muy lido, e amigo de antiguidades, e curioso de leer pedras romanas: pore↓ por que tinha o entendimento duro, como as mesmas pedras, não se podia desapegar dellas: e cuidava, que em **Roma** se cõprendião todas as antiguidades: mas **Roma** não foy a mays antiga do mundo; nem o seu reyno o melhor, como sabemos p(e)lla profecia de Daniel propheta (fólio 12r-12v, 1º livro).

Essa associação entre Portugal e Roma era uma das formas encontradas por Oliveira, no uso dos topônimos, para evidenciar a importância do reino lusitano perante às outras nações. Assim, ao mencionar a Betúria, antiga colônia dos romanos localizada na Bética, Oliveira faz referência ao Brasil e a algumas terras na África como colônias portuguesas. Nessa construção retórica, o humanista tenta igualar Portugal à grandeza dos romanos, estando, dessa maneira, no

mesmo nível e não subjugada a eles:

O convento scalabitano dizem que era sobjeyto aos romanos; por que Scalabis sua cabeça era colonia dos romanos. As colonias, não some↓te erão sobjeytas aos romanos, mas erão suas propriedades: por que erão suas feyturas, por quanto o povo romano, e os seus capitães as fazião e povoavão, como agora os portugueses povoão as ilhas, e terras novas que descobrem. Como a ilha da madeyra, e as dos açores, cabo verde, sam thomee: e as povoações do Brasil. Estas são colonias de Portugal. E são estas as proprias colonias: por que de principio forão habitadas p(e)llos portugueses: e mays forão habitadas per elles mesmos, e não per outra gente de seu mandado: como erão algu↓as colonias dos romanos: os quaes mudavão a gente dhu↓as terras p(ar)a outras, por que lhe compria assi, e chamavão-lhe colonias. Desta maneyra dize↓, que era Scalabis: por que diz q(ue) de **Beturia** trouxerão os romanos gente para aquella villa, e a gente daq(ue)lla villa troquando levarão para **Bethuria** (fólios 27r-27v, 1º livro).

Quanto à imunidade do reino lusitano, Fernão de Oliveira procura construir uma Portugal livre de qualquer invasão estrangeira ao longo de sua narrativa. Como exemplo, a cidade de Aljubarrota, que, embora controversas as etimologias apontadas por Nascentes (1952) e por Machado (1984), o topônimo parece ser resultante da língua árabe, em consequência da invasão dos mouros na Península Ibérica. No entanto, Fernão de Oliveira, desconsiderando a presença dos árabes em terras portuguesas, traz a seguinte explicação para a origem do nome:

Montemor a velha, segundo escrevem os castelhanos, e↓ tempo de dom Ramiro o terceyro, no anno de christo novece↓tos [...], ainda era de christãos: por que então veyo sobr'elle Alcoraxi mançor, Rey de Cordova, sendo senhor daquella villa, e terras, o abbade Johão, tio do dicto rey dom Ramiro. [...] Chegando a Montemoor assentou sobr'elle seu arrayal: por que vinha de proposito a prender, ou matar o Abbade Johão: por quanto ouvira dizer, que fazia guerra e damno aos mouros das terras de Portugal. Defendeo-se o Abbade do mouro Alcoraxi mançor com muyto esforço muytos dias [...]. Mas socorreo-lhe deos milagrosamente: por q(ue) desemparado de todo subsidio humano saio a dar batalha ao mouro, e venceo-o, e fe-lho fogir: e foy tras elle atee o matar. Alcançou-o em hu↓ lugar, que agora chamão **a giba rota**. Alli lhe deu hu↓ lançada na corcova antre os hombros, onde os velhos chamavão giba: e por que ali lhe rompeo a giba chamão aquelle lugar **a giba rota**. (fólios 37r-38r, 1º livro).

Observa-se também a negação dos povos germânicos no espaço português pelo autor da *História*. Sendo Toledo uma das cidades mais representativas do cenário histórico da Península Ibérica e centralizadora de grupos invasores, é quase constante o uso deste topônimo por Fernão de Oliveira em proveito da defesa da nobreza e imunidade do reino português. Ao relatar os episódios de invasão dos povos bárbaros — os godos e os mouros —, o humanista aplica o discurso de valorização das terras de Portugal como pertencentes apenas aos portugueses, ou seja, não são ocupadas por outras gentes, como os godos e os mouros e, portanto, os portugueses são descendentes de “boa linhagem” sem mistura com outros povos. Em um trecho, Oliveira diz:

(...) não forão os Godos senhores de Portugal, por que não se achão em todo elle edificios algu↓s, que os Godos fizessem, nem sepulturas em q(ue) se enterrasse↓, como se achão nas outras terras da Hespanha, de que elles forão senhores. Achão-se em **Toledo**, achão-se em Sevilha, e em outras partes muytas da Hespanha. [...] mas em Portugal não ha mays, que a del-rey dom Rodrigo em Viseu, de que commūmente se duvida. E mays se elle caa veyo morrer, não veyo como senhor.da.terra, mas veyo por se esconder de seus amigos, por quanto esta terra não era sua, e não o havião de vir caa buscar. Vir-se elle caa esconder he hum grande argume↓to, que não era esta terra sua, ne↓ dos Godos. Ajuda a isto, o caminho, per onde o conde Julião levou os mouros: por que os levou per Cordova, e **Toledo**, e Castella, e não os trouxe a Portugal (fólios 34v-35r, 1º livro).

Em relação às localidades da Espanha, Fernão de Oliveira constrói seu texto buscando negar qualquer vantagem histórica das outras nações ibéricas sobre o povo português, principalmente em relação a Leão e a Castela. A imagem que Oliveira tenta criar a respeito dos castelhanos, por exemplo, é de “um povo soberbo, ambicioso, cobiçoso, tirano, interesseiro, desleixado (para com os interesses alheios), fomentadores de intrigas, desejosos de hegemonia e dominação”, de acordo com as palavras de Franco (2000: 271). Em relação ao nome de Castela, Fernão de Oliveira diz o seguinte:

Diz este Rey dom Afonso aos onze capitolos da terceyra parte da sua cronica, que ainda no anno de nosso senhor Jesu christo de oytocet↓os e vinte se chamava Bardulia a terra que agora se chama **Castella** a velha: e era ainda de mouros, despoys da perda del-rey dom Rodrigo mays de

cem annos: por que El-rey dom Ramiro o premeyro, que então reynava em Lião, diz que fazia guerra aos mouros de Bardulia (OLIVEIRA, *História de Portugal*, fólio 47r, 1º livro).

Segundo HOUAISS e VILLAR (2001: 403), *bárdulo* era o antigo povo da Hispânia tarraconense, e Oliveira faz, muitas vezes, uso desse etnônimo de forma pejorativa com a finalidade de desvalorizar afirmações contrárias às suas, como no caso: “Os home↓s, que escreve↓ sem atentar o que escrevem, são **bardulos**” (fólio 59r, 2º livro); ou para efeito de crítica desfavorável: “Esta he a verdade, e os contrayros de dona Tareyja as quere confundir co a semelhaça dos nomes dos seus condes:~ mas não poderão, se ouver nisto diligente exame, e boa tenção, sem **bardularia** precipitada” (fólio 10r, 3º livro).

Considerações finais

De acordo com os exemplos mostrados aqui, não se pode negar que a toponímia também produz sentidos resultantes das ações humanas dentro do quadro histórico. Desta forma, utilizando como esteio teórico as ideias de Bakhtin (2004), podemos considerar que os topônimos — concebidos como matéria que reflete a lógica da consciência e da comunicação ideológica —, não podem ser vistos como elemento estável, sempre igual ou limitado em estado de dicionário.

É dessa forma que o signo só interessa como estrutura concreta da enunciação, variável, flexível, adaptável às condições de produção. Não pode ser fixo. É isso que marca a língua como sistema móvel e vivo, capaz de evoluir. E essa mobilidade do sistema linguístico está baseada no estreito vínculo existente entre o homem e a linguagem, como afirma Benveniste (2005):

Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem (BENVENISTE, 2005: 285).

Benveniste (2005) também afirma que é através da linguagem que o homem se conscientiza da sua subjetividade. A possibilidade dessa consciência de si mesmo se dá por meio da oposição entre o indivíduo, que interage com o outro, ambos localizados no tempo e no espaço. Assim, quem fala/escreve é um sujeito histórico que, de acordo com suas intenções e com o interlocutor pretendido, sempre inserido em determinada situação, organiza o seu texto a fim de persuadir, convencer, colocar-se como aquele que diz algo ou aquele que reproduz a realidade através de palavras conscientemente escolhidas e controladas, ou seja, é a partir de enunciados que o sujeito se constrói como tal

Portanto, os topônimos encontrados na narrativa de Oliveira são utilizados com a finalidade de reorganizar o espaço dentro das pretensões do historiador, que reformula os monumentos simbólicos da denominação espacial e os reconstrói, a partir de suas interpretações, transformando sua origem significativa. Essa construção retórico-argumentativa, instituída por Fernão de Oliveira o coloca na posição de sujeito da historiografia. É nesse sentido que os topônimos aqui foram analisados: como palavra apropriada e renovada por um sujeito ativo, a fim de produzir efeitos de sentidos em seus interlocutores.

Referências

BAKHTIN, Mikhail [VOLOSHINOV]. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução Michael Laud & Yara Frateschi Vieira. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2004 [1929].

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Tradução Eduardo Guimarães *et al.* 2. ed. Campinas: Pontes, 2006.

_____. **Problemas de linguística geral I**. Tradução Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e antroponímia no Brasil**: coletânea de estudos. 3.ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas da FFLCH/USP, 1992.

FRANCO, José Eduardo. **O mito de Portugal**: a primeira história de Portugal e a sua função política. Lisboa: Fundação Maria Manuela e Vasco de Albuquerque d'Orey; Roma Editora, 2000.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss de língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MACHADO, José Pedro. **Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa**. Lisboa: Editorial Confluência, 1984. 3 v.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. **Os régios protagonistas do poder**. In: MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal: no alvorecer da modernidade (1480-1620)**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. v. 3. p. 513-574.

MARQUES, A. H. de Oliveira. **História de Portugal**: desde os tempos mais antigos até a presidência do Sr. General Eanes. 12. ed. Lisboa: Palas, 1985. v. 1.

_____. **História de Portugal**: desde os tempos mais antigos até a presidência do Sr. General Eanes. 10. ed. Lisboa: Palas, 1984. v. 2.

MENDES, António Rosa. **A vida cultural**. In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal: no alvorecer da modernidade (1480-1620)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. v. 3. p. 375-421.

MOREL-FATIO, Alfred. **Catalogues des manuscrits espagnols et des manuscrits portugais**, Département des manuscrits, Bibliothèque Nationale, Paris, 1892. Disponível em: <gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k209172b/f29.image>. Acesso em: 2014-01-23.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**: tomo II – nomes próprios. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1952.

NUNES, José Horta. **Dicionários no Brasil**: análise e história do século XVI ao XIX. Campinas: Pontes; São Paulo: Fapesp; São José do Rio Preto: Faperp, 2006.

PEIXOTO, Jorge. **Manuscritos portugueses da Biblioteca Nacional de Paris**. Separata do boletim Internacional da Bibliografia Luso-Brasileira, Lisboa, abril-junho 1963, n. 4(2), p. 269-276.

SANTOS, Eliete Oliveira. ***História de Portugal de Fernão de Oliveira***: edição diplomático-interpretativa. Dissertação (Mestrado em Letras), Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, 2006.

VIARO, Mário Eduardo. **Por trás das palavras**: manual de etimologia do português. São Paulo: Globo, 2004.

Recebido em 10/10/2016 e aceito em 06/12/2016.